



Servidores da Casan pedem intervenção da Assembléia para manter a empresa

(foto Jonas Lemos Campos)



Empregados da estatal lotaram as galerias e seus representantes leram manifesto em Plenário

Lacres e placas

MP diz que convênio com Associação é inconstitucional

As investigações do Ministério Público Estadual sobre o convênio entre o governo do Estado e a Afavp (Associação dos Fabricantes de Placas de Veículos) apontam para inconstitucionalidades. A afirmação foi feita pelas promotoras de Justiça, Analu Liberato Longo e Vanessa Cavalazzi Gomes, durante audiência realizada pela Comissão de Segurança Pública, no dia 21. A audiência foi realizada para ouvir o secretário da Segurança Pública, Ronaldo Benedit (PMDB), por solicitação dos deputados Joares Ponticelli e Antônio Carlos Vieira, ambos do PP.

Entre as irregularidades apontadas pelas

promotoras estão a ausência de licitação; a entrega de parte da fiscalização do sistema à Afavp, que também comercializa os lacres, e sonegação fiscal.

Depois de quase três horas de discussão, Bene-

det prometeu empenho para solucionar os problemas apontados. "Temos que encontrar uma solução sem tornar inviável o emplacamento. Se há erros jurídicos do passado, vamos corrigir", afirmou.

(foto Jonas Lemos Campos)



Audiência durou mais de três horas

Página 7

Página 7

(foto Jonas Lemos Campos)



Cerimônia contou com a apresentação de dança folclórica por grupo infantil

Legisladores se unem em defesa de crianças e adolescentes

Página 5

Habitação

Impostos dificultam programas para baixa renda

Página 5

Encontro Nacional de Ouvidores

28 a 30 de setembro de 2005

Costão do Santinho

Apoyo: Alesc

Mudança de comportamento

Há uma crença de que o "mensalão" provocará mudanças no comportamento do eleitor. Se as lições forem mesmo aprendidas, o eleitor pós- crise será diferente, intolerante com o mau uso do dinheiro público e mais questionador dos atos e das ações dos governantes. Perguntas simples como "no que gastou?", "de onde saiu o dinheiro?", contêm respostas que podem ser úteis ao eleitor, porque revelam se a ética baseou a escolha das prioridades na hora de gastar o dinheiro público.

Dia 8, quinta-feira, a imprensa mostrou que o governo do Estado paga o aluguel de um imóvel na avenida Mauro Ramos que há tempos foi abandonado pela Secretaria da Segurança Pública. Este governo cedeu, sem ônus e sem autorização legal, o prédio da Fazenda para a Prefeitura de Florianópolis. Enquanto isso, a Gerência de Fiscalização e o Conselho Estadual de Contribuintes pagam aluguel. E a Secretaria do Turismo e Lazer? Depois de meteórica passagem pelo Centro Administrativo do Estado, continua até hoje no Ceisa Center.

O *Diário Oficial* de 8 de agosto publicou a contratação de pesquisa para avaliar o desempenho da SDR de Maravilha. Custo? R\$ 28 mil. No mesmo dia, o DO publicou a contratação, por R\$ 6 mil, de um mestre de cerimônias para a SDR de Criciúma (o caso revela uma metástase de maus hábitos introduzidos pela Práxis em eventos pa-

trocados pelo governo). No dia 12 de agosto foi a vez da prorrogação do contrato de locação do imóvel "Casa de Santa Catarina", em São Paulo.

Aqueles que acompanharam pela *GloboNews*, nos dias 24 e 26 de agosto, a CPI dos Bingos, viram uma propaganda do governo do Estado, a qual lembrava os sonegadores que o prazo de adesão ao Fundo Social encerrava no dia 26 de junho. Des-cuido? Pode ser. No dia 29 de julho o governo empenhou R\$ 1 milhão para publicidade. Quatro dias antes, a publicidade já havia sido aquinhoadada com R\$ 500 mil.

Em 2004, entre os dias 2 de agosto e 23 de setembro, foram empenhados para publicidade R\$ 42 mil, depois R\$ 49 mil, R\$ 23 mil, R\$ 93 mil e R\$ 130 mil, do Fundo Estadual de Saúde. De onde saiu o dinheiro? Do Fundo Estadual de Saúde. Qual foi a prioridade? A publicidade. Qual era o destino original desses recursos? A compra de medicamentos, de equipamentos para os hospitais e para a regionalização dos serviços de saúde.

Conhecer quais foram as prioridades, de onde saiu o dinheiro e com o que gastou o governo, é um pequeno passo para o eleitor, mas que representará um grande salto na qualidade da administração pública, seja ela federal, estadual ou municipal.

Deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP)

O destino dos recursos públicos

Quando observada a execução orçamentária de 2004, isto é, quanto o governo gastou do Orçamento Estadual, percebe-se que foram investidos mais de R\$ 72 milhões para equipar as secretarias de Desenvolvimento Regional. Por outro lado, até julho de 2005 foram gastos mais de R\$ 36 milhões com subvenções sociais. O governo tem, exaustivamente, alegado a falta de recursos para investimentos nas necessidades prioritárias do cidadão. Não há recursos para saúde, segurança pública, educação etc, mas promove a terceirização dos serviços públicos. Diversas categorias se manifestam a todo o momento contra a privatização de empresas, contra o desmonte do Estado e exigindo reajuste ou reposição salarial. Entretanto, traçando um comparativo de arrecadação entre os meses de maio e julho de 2005, percebe-se um incremento de R\$ 117 milhões, ou seja, 6,16% a mais na arrecadação do que no mesmo período do ano passado.

Mesmo com números positivos na arrecadação, e não divulgados pelo governo, empresas públicas como a CASAN vêm sendo dilapidadas Estado a fora. Por sua vez, os servidores da área de Segurança Pública aguardam, desde o final de 2003, o cumprimento da Lei 254/03, conhecida por Escala Vertical, que previa reajuste de 92% aos praças. A lei está prestes a completar dois anos sem ser cumprida, apesar do governador ter

prometido que pagaria 15% a cada semestre, totalizando seis parcelas até o fim do governo, e sempre que houvesse aumento da receita. A arrecadação aumentou mas não foi concedido nenhum reajuste à categoria.

Baseado nestas constatações, ficam claras quais não são as prioridades de ações governamentais. A Segurança Pública certamente não é. Ela tem passado por crises constantes de ingerência e morosidade, além da desvalorização dos profissionais do setor. O saneamento também não é, embora o governo peemedebista tenha apresentado no famoso "Plano 15" a proposta de "priorizar o aumento significativo do atendimento à população urbana pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário". Uma promessa de campanha que ficou no papel. Não foi favorável às ações do governo em saneamento que dezenas de servidores da Casan estiveram se manifestando na Assembleia Legislativa, nesta semana.

Por fim, o investimento do governo estadual em publicidade totaliza R\$ 33 milhões em 2005, e visa somente a auto-promoção. Esta verba, aplicada na Escala Vertical da Segurança Pública, significaria mais de 80% de reajuste aos praças, ou seja, quase a totalidade do que prevê a lei. Por isso, insistimos e cobramos do governo o melhor destino dos recursos públicos.

Deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT)

Legislativo resgata história de Florianópolis

A Assembléia Legislativa, através da Divisão de Documentação e do Centro de Memória, lança no dia 5 de outubro, em ato solene, a obra *De Desterro a Florianópolis - O Legislativo Catarinense Resgatando a História da Cidade*. Trata-se de uma coletânea de documentos cujo objetivo é comemorar os 111 anos desde que a capital do Estado passou a se chamar Florianópolis, através da Lei nº 111, de 1º de outubro de 1894.

O livro é composto por *fac-símiles* de originais que tramitaram na Assembléia Provincial, nesse período em que a cidade mudou o nome de Desterro para Florianópolis. A obra mostra as políticas públicas adotadas, bem como ressalta a importância do Poder Legislativo frente a todas as proposições apresentadas sob

a forma de ofícios, pareceres, leis, resoluções, atas, decretos e outros documentos.

"Cabe ao Parlamento catarinense a preservação de sua memória, e espera-se que essa fonte de pesquisa, rica em documentos inéditos, atenda cada vez mais cidadãos", salienta o presidente da Casa, deputado Júlio Garcia (PFL). A diretora da Divisão de Documentação, Thessália May Rodrigues, informou que a obra, dividida em dez capítulos, traz os documentos agrupados por assunto e aborda a mudança do nome da cidade, a urbanização, o desenvolvimento cultural, a segurança pública, o comércio, os códigos de posturas (leis municipais que somente entravam em vigor depois de aprovadas pela Assembléia), entre outros fatos. (MOR)

Agenda

Dia 26, 19h - Concessão da Medalha de Mérito Vida Amável - Homenagem a pessoas e entidades que se destacaram na defesa dos interesses de crianças, idosos e portadores de necessidades especiais na educação, saúde, cultura, segurança e desenvolvimento social.

Local: Plenário

Dia 27, 9h - Abertura do 1º Fórum Turístico Comercial Brasil/Argentina

Local: Plenário

Dia 27, 19h - Sessão solene em comemoração aos 20 anos da Fampesc (Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de SC)

Local: Plenário

Dia 27, 19h - Abertura da exposição de artesanato Amoflor (Associação das Mulheres Oestinas em Florianópolis)

Local: Hall da Alesc

Dia 28, 19h - Lançamento do livro *Origens de famílias importantes - História e genealogia*, de Ester Souza Ferreira Macedo

Local: Hall da Alesc

Dia 29, 14h - Ato de lançamento da Frente Parlamentar Catarinense pelo Desarmamento

Local: Plenário

Dia 29, 19h - Lançamento do livro *Sedução*, de Leatrice Moellmann

Local: Hall da Alesc

Dia 30, 9h30min - Audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 48/03, que dispõe sobre a instituição do Programa Estadual de Ações Afirmativas, de Promoção da Igualdade e de Inclusão Racial em SC

Local: Plenário

Dia 30, 19h - Lançamento literário - *Plim, plim, a peleja de Brizola contra a fraude eleitoral*, de Paulo Henrique Amorim

Local: Plenário

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)

2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Lucia Helena Vieira

Edição: Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenadora: Cármen Leite Rovira

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Carlos Agne, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Magda Audrey Pamplona, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiana Kinoshita e Tatiani Magalhães

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adilson Costa, Alex Santori, Ana Maria Baggio, Ana Zandavalli, Andréa Leonora, Celso Rodriguez, Celso Rosa, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Davi Etelvino, Emanuelle Torres, Estevo Dereck, Felipe Nunes, Fernando Mattos, Iran Rosa Moraes, Ivan Pimentel, J Pacheco, Jandy Cortes Real, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Leonardo Lorenzetti, Luciana Pons, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandra Costa, Luiz Carlos Padilha, Luiz Hercílio Stefanus, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Mário A. Henrique, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nícolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Sergio Sachet, Ula Weiss, Valmir Matos, Vinicius Hamagushi, Vitor Santos e Viviane Bornholdt

Relações Institucionais: Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Karina Azevedo das Neves

Expedição: Edna Schumacker, Mônica Meyer, Simone Marçal Alves e Soraia Marçal Boabaid

Estagiários Programa Antonieta de Barros: Rodrigo César de Araújo, Suellen Regina Hilário e Morena Mariucha de Souza

Corpo de Bombeiros Militar completa 79 anos

Em comemoração ao 79º aniversário de fundação do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, o Legislativo realizou sessão solene na noite de terça-feira (20). O evento foi requerido pelo deputado Antônio Ceron, líder do PFL, como reconhecimento sobre a relevância dos serviços prestados e marcou o lançamento de um informativo sobre as atividades desenvolvidas pela Corporação.

O deputado Onofre Agostini (PFL), que presidiu a sessão solene, destacou a aprovação, naquela tarde, de projeto de sua autoria que transformou em hino oficial dos Bombeiros Comunitários, a composição *Vida de Bombeiro*. A letra e a música são do coronel Álvaro Maus e do capitão Luiz Carlos Balsan, respectivamente, e "retratam com muita veemência a profissão", disse Onofre. Ele lembrou de alguns bombeiros em particular, que perderam a vida em serviço e agradeceu aos seus familiares.

Manifestando-se em nome de todas as legendas representadas na Casa, o deputado João Henrique Blasi (PMDB) citou Saint Exupéry para definir sua admiração pela corporação. "Somos res-



Deputados Ceron (entregando a placa), Blasi, Godinho e Titon



Serviços prestados pela corporação à sociedade recebeu o reconhecimento da Assembléia

ponsáveis por aqueles que cativamos Blasi destacou como uma conquista meritória a aprovação do projeto de lei que concedeu autonomia administrativa e financeira ao Corpo de Bombeiros em relação à Polícia Militar.

Evolução - O comandante-geral da PM, coronel Adilson Alcides de Oliveira, assinalou que as comemorações também estão no campo do crescimento e investimento da corporação, hoje instalada em 72 municípios, com 2.043 bombeiros militares auxiliados pelos bombeiros comunitários. Recentemente 150 novos soldados foram incorporados e foram feitos investimentos em cursos de capacitação e formação de praças e oficiais.(SD)

História

Em 16 de setembro de 1919, foi sancionada pelo então governador de Santa Catarina, Hercílio Luz, a Lei Estadual nº 1.288, que cria a Seção de Bombeiros, constituída de integrantes da então Força Pública. Somente em 26 de setembro de 1926 foi inaugurada a Seção de Bombeiros, hoje Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. A nova Seção, instalada provisoriamente nos fundos do prédio onde funcionava a Inspetoria de Saneamento, na rua Tenente Silveira, na capital, tinha como comandante o segundo-tenente Waldomiro Ferraz de Jesus.

A primeira descentralização da corporação ocorreu em 13 de agosto de 1958, com a instalação de uma Organização Bombeiro Militar em Blumenau. Em 13 de junho de 2003, a Emenda Constitucional nº 033 concedeu à corporação o status de organização independente. (SD)

Cerimônia reverencia arcebispo catarinense

(foto Alberto Neves)

Centenas de amigos e personalidades políticas do Estado participaram, na noite do dia 21, da homenagem a dom Eusébio Oscar Scheidt, ex-arcebispo de Florianópolis e hoje arcebispo do Rio de Janeiro. Dom Eusébio foi elevado à condição de cardeal em 21 de outubro de 2003. A sessão solene foi requerida pelo deputado Joares Ponticelli, líder do PP, em nome de sua bancada. Scheidt fez parte do último grupo de 30 cardeais escolhidos pelo papa João Paulo II e participou da escolha do papa Bento XVI.

Participaram também, os deputados Julio Garcia (PFL), presidente da Casa, Jorginho Mello (PSDB), Francisco Küster (PSDB), Simone Schramm (PMDB), João Henrique Blasi (PMDB), Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) e Dionei Walter da Silva (PT). Presentes ainda, o presidente do TCE (Tribunal de Contas do Estado), Gilson dos Santos, o arcebispo de Florianópolis, dom Murilo Krieger, os ex-governadores do Estado, Ivo Silveira e Esperidião Amin, e a ex-prefeita da capital, Angela Amin.

Ponticelli fez um relato sobre a vida do cardeal Scheidt, nascido em 8 de dezembro de 1932 no município de Luzerna, na época distrito de Joaçaba, no Meio-oeste catarinense. Ele fez seus estudos de 1º e 2º grau em Corupá, no Seminário dos Padres do Sagrado Coração de Jesus. Curvou Filosofia em Brusque e na Itália, na Pontifícia Universidade Gregoriana e Pro-

paganda Fide, onde também cursou Teologia. Especializou-se em Cristologia.

A ordenação presbiterial ocorreu em Roma, em 3 de julho de 1960, sagrando-se bispo em 1º de maio de 1981, em São José dos Campos, São Paulo. Ingressou no cardinalato em 21 de outubro de 2003. Sob o lema "Deus é bom", dom Eusébio foi bispo de São José dos Campos e arcebispo em Florianópolis, é arcebispo de São Sebastião do Rio de Janeiro e arcebispo para *Os Fiéis de Rito Oriental sem Esparcas Próprios*.

Atualmente, além do arcebispado, exerce as funções de membro do Conselho Permanente da CNBB, da Comissão Episcopal para o Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida e da Metropolitana do Regional Leste 1 da CNBB. No Vaticano, é Conselheiro da Pontifícia Comissão para a América Latina e integra o Pontifício Conselho de Comunicação Social.

"Estamos homenageando o pastor, o intelectual, o pensador e a grande figura humana que enche de elevada honra e admiração a todos os que acompanham seu traba-



Dom Eusébio: "Sentir o desejo de construir é razão suficiente para ter esperança"

lho e sua trajetória", enfatizou Ponticelli.

Exemplo - Em nome de todas as bancadas, o deputado Jorginho Mello (PSDB), falou da nobreza de caráter, conduta ilibada e sabedoria incontestável do arcebispo. "Pedindo pela paz, dom Eusébio é um exemplo de solidariedade e esperança, tão importante no atual momento de crise nacional, em que as pessoas perdem a fé."

Dom Murilo Krieger fez referências ao cardeal, em nome de todos os presentes, e contou como o papa João Paulo II presidiu o Consistório Ordinário Público para a ordenação de 30 cardeais, entre eles dom Eusébio.

O cardeal fez referências a outras personalidades catarinenses, entre eles os arcebispos dom Jaime Câmara e dom Murilo Krieger. "Me coloco como um ponto de interrogação. Tento ser um pontinho dentro da pintura deles, um versinho dentro do poema que eles representam." De sua cidade natal, disse: "Em Luzerna tudo é bonito, é uma cidade pequena, progressista, e é das pequenas coisas que surgem as coisas mais nobres. O meu primeiro poema foi composto aos sapos, que me cantaram com o canto mais lindo possível, quando minha irmãzinha Angélica faleceu." Antes de finalizar seu pronunciamento, dom Eusébio deixou uma mensagem de otimismo aos catarinenses. "Temos tudo o que falta no país. Os catarinenses têm entusiasmo pelo que vivem e pelo que têm. Essa visão positiva que assola todo o país, mas que aqui é muito maior. Sentir o desejo de construir o que cabe a nós é razão suficiente para ter esperança. E para ter esperança é necessário acreditar em nossas convicções, do passado e do futuro. Santa Catarina é um jardim e quem nasce nesse jardim deve ser flor, espero que não seja espinho." (DAB)

Pedro Simon: 44 anos de política

Do primeiro mandato como vereador, na Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, até o Senado, somam-se 44 anos que o senador Pedro Simon (PMDB/RS) dedica à vida pública. Toda essa experiência na política nacional, aliada à sua fidelidade partidária e honestidade, reconhecida inclusive por seus adversários, fez com que a Associação Catarinense de Imprensa – Casa do Jornalista, presidida pelo jornalista Moacir Pereira, em conjunto com a Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Julio Garcia (PFL), lhe fizesse o convite para ministrar uma palestra aos catarinenses, na noite do último dia. Entre os convidados que com-

puseram a mesa, além de Garcia e de Pereira, estavam o presidente em exercício do Tribunal de Contas do Estado, Gilson dos Santos, o presidente da Associação Catarinense de Rádio e TV, Ranieri Bértoli, o presidente estadual em exercício do PMDB, João Matos, e o representante da Casa do Jornalista, Salomão Ribas Jr.

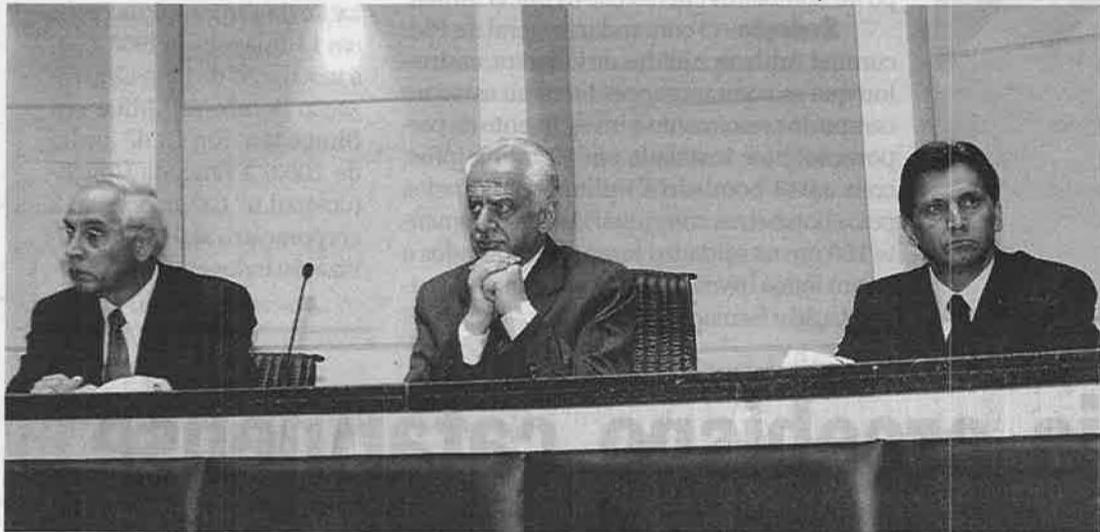
“Mesmo com a *tsunami* que assoja o Congresso Nacional, a política brasileira ainda conta com nomes honrados como Pedro Simon, que ainda glorificam nossa política”, enfatizou Moacir Pereira na abertura.

Julio Garcia afirmou a Simon que Santa Catarina vive bons momentos, já que

os Três Poderes exercem suas funções de maneira tranqüila. “Neste ano, na eleição para compor a Mesa desta Casa, todos os seus integrantes foram escolhidos por unanimidade em uma eleição exemplar, na qual não tive uma conversa que não pudesse ser publicada”, comentou. “Temos que agradecer o fato de ter na política figuras importantes como Pedro Simon, Eduardo Suplicy e tantos outros que lutam por uma democracia justa. Tenho dois pedidos a Simon, não abandone a vida pública e venha sempre a Santa Catarina”.

Simon discorreu durante uma hora e meia sobre o governo Lula, a corrupção e para onde caminha o futuro do país.

(foto Alberto Neves)



Jornalista Moacir Pereira, senador Pedro Simon e o presidente da Casa, deputado Julio Garcia

Paixão

“Me apaixonei por Florianópolis quando fiz o primeiro ano de Direito na UFSC. Nada se compara ao nascer do sol na Lagoa da Conceição. Se me pai não tivesse cortado minha mesada, estaria morando aqui até hoje! Aprendi a respeitar Santa Catarina e suas figuras importantes como Pedro Ivo. Minhas vindas aqui são instantes de paz.”

Decepção

“O PT é o único partido do mundo constituído e organizado por trabalhadores, principalmente da base sindical. Tinha a convicção de que o PT faria um governo excepcional. Aprendi a admirar o Lula por sua história de vida, de retirante nordestino a presidente da República. Até pouco tempo não havia nada que desabonasse sua conduta. As dúvidas sobre o seu governo pairavam sobre a reforma agrária, não pagamento dos juros da dívida externa, etc. Foram 25 anos pregando honestidade...ele (Lula) aumentou o número de ministérios para 35 e nomeou vários ministros petistas que perderam eleições em seus estados. O PT não cumpriu o seu ideal. A insatisfação é unânime.”

Corrupção

“Toda corrupção começa nas eleições. Foi assim com Collor e PC Farias e agora com o PT. Uma reforma política eleitoral é fundamental, assim como a reforma partidária. Nos Estados Unidos não se vê republicanos virando democratas, e vice-versa, conforme os interesses. O Brasil também precisa de fidelidade partidária. Precisamos de uma ‘operação mãos limpas’, como a que ocorreu na Itália e que limpou do país essas figuras corruptoras que só atrasam o desenvolvimento da Nação. O Brasil tem que deixar de ser o país da impunidade.”

Impeachment

“O Lula e o PT são fatos históricos que não podem ser colocados para fora como no caso de Collor, que foi um momento, uma avalanche. Temos sim que aproveitar esse momento e colocar tudo em pratos limpos e não jogar para debaixo do tapete. O PT tem muita gente boa que merece respeito.”

Roberto Amaral recebe título de Cidadão Catarinense

(foto Salom Soares)

O empresário do setor de comunicação, Roberto Rogério do Amaral, recebeu na noite do dia 14 o título de Cidadão Catarinense das mãos do deputado Francisco Küster (PSDB), proponente da homenagem. “Roberto já era um catarinense por merecimento. Agora é por reconhecimento”, disse o parlamentar. Em meados de 1946, Carlos Jofre do Amaral foi a São Paulo tratar de problemas de saúde e foi lá que, prematuramente, Roberto Amaral nasceu. “Eu só nasci em São Paulo, mas passei todos os anos de minha vida em Lages. Sou completamente catarinense.”

O deputado Sérgio Godinho (PTB) o denominou de “um paulista lageano”, e afirmou que Amaral contribuiu para o desenvolvimento de Lages, enquanto o deputado Antônio Ceron (PFL) comentou que, até o pedido de concessão do título, sempre pensou que o homenageado fosse catarinense.

Pioneirismo - Roberto Rogério do Amaral recebeu o título das mãos da “bancada serrana”, composta por Ceron, Godinho, Küster e Onofre Agostini (PFL), e uma placa em reconhecimento

pelo trabalho realizado no Estado. “Pensei muito no que dizer. Não sabia se iria falar da importância do rádio, do localismo, da modernidade. Então, decidi que iria falar da minha história” falou. Seu pai transferiu-se para Santa Catarina em 1939, com a finalidade de consertar aparelhos de rádio, conheceu sua mãe e casaram-se. Em 1945, montou o serviço de alto-falantes chamado “A Voz da Cidade”, que na época era um dos principais veículos de comunicação. Toda a programação era comandada da oficina de consertos de rádios de Carlos Jofre do Amaral.

Em 1947, foi fundada a *Rádio Clube de Lages*. Com o passar dos anos, a emissora foi crescendo e firmando-se como importante veículo de comunicação da serra. Esta foi a primeira rádio do Planalto Serrano e originou a *TV Planalto*, primeira afiliada do SBT.

Encerrando a sessão, o presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), assinalou que o Parlamento catarinense se engrandece com a iniciativa. “Para nós, homenagear esse ilustre catarinense é motivo de alegria, satisfação e orgu-



Roberto Amaral entre os deputados Ceron, Küster, Agostini e Godinho

lho, principalmente agora, numa época de denúncias e corrupção no Congresso. É uma homenagem justa”, concluiu.

Além dos parlamentares citados, estavam presentes à sessão o secretário estadual da Comunicação, Derly Massaud; o presidente em exercício do

Tribunal de Contas do Estado, Gilson dos Santos, o presidente da Acaert, Ranieri Bertoli, o presidente da Associação Catarinense de Imprensa, Moacir Pereira, o vice-prefeito de Florianópolis, Bitá Pereira (PSDB), e o deputado Afrânio Boppré (PT). (GMP)

Santa Catarina ganha Frente em defesa da criança e do adolescente

Desde o dia 20, crianças e adolescentes que vivem em território catarinense passam a contar com mais um fórum para defesa de seus direitos com a instituição da Frente Parlamentar Catarinense pela Criança, presidida pela deputada Simone Schramm (PMDB). Na solenidade realizada pela manhã, com a presença de representantes de prefeituras e de câmaras municipais do Estado, foi assinado o Pacto Nacional do Poder Legislativo pela Infância e Adolescência, cujo objetivo é fazer com que se estabeleça um compromisso pela defesa dos direitos do público infanto-juvenil em Santa Catarina.

A instituição da Frente e do pacto federativo busca criar uma rede nacional de defesa dos direitos da criança e do adolescente, unindo os parlamentares das Assembleias Legislativas, do Congresso Nacional e das Câmaras de Vereadores de todo o país. A parlamentar responsável pela viabilização do projeto, que obteve adesão unânime dos 40 deputados e espera o mesmo das

293 casas legislativas municipais, informa que os aspectos mais polêmicos relacionados aos jovens saíram de um estado de latência para dominar o cenário nacional e em alguns casos o cenário mundial.

“Temas como a violência, turismo e exploração sexual de crianças e adolescentes, a utilização indiscriminada de mão-de-obra infantil em algumas atividades econômicas e a pedofilia, especialmente na Internet, passaram a monopolizar a atenção dos mais variados segmentos da sociedade, exigindo do Parlamento um posicionamento pronto, claro e firme. O sucesso obtido pela Frente do Congresso Nacional despertou, em alguns parlamentos estaduais e municipais, o interesse de adotar mecanismos semelhantes, resultando na formação de uma rede nacional de defesa dos direitos infanto-juvenis. Isso provocará ações capazes de transformar em políticas públicas concretas os direitos já assegurados na legislação brasileira e nos tratados e convenções internacionais”, observou.

De acordo com a peemedebista, os recursos do FIA (Fundo para a Infância e Adolescência), para implementação de programas voltados à criança e adolescentes, têm sido insuficientes para atender a demanda em Santa Catarina. “Este seria o primeiro desafio da Frente Parlamentar Catarinense. Nós entramos, inclusive, com um projeto de resolução nesta Casa, criando o Fialesc, com o intuito de promover campanha entre parlamentares que compõem a Frente e funcionários da Assembleia Legislativa pela adesão e doação em até 6% do imposto devido para o FIA Estadual”, relatou Simone. (CA)

Documentário - O evento teve uma apresentação do documentário *Flor de Pessegueiro*, da jornalista Ângela Bastos, com relatos de crianças e adolescentes vítimas de violência e exploração sexual, seguido de um debate feito por autoridades no assunto.

Participaram da solenidade

os deputados Ana Paula Lima (PT), Odete de Jesus (PL), Francisco Küster (PSDB) e Nilson Nelson Machado - Duduco (sem partido), a deputada federal Luci Choinacki (PT), o coordenador da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, Miguel Minguilo Neto, o secretário de Estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda, César Cim, o procurador-geral do Estado, Pedro Sérgio Steil, o presidente da Câmara de Vereadores da capital, Marclio Ávila

(sem partido), a coordenadora do Fórum Catarinense pela Infância e Adolescência, promotora Helen Cristina Corrêa Sanchez, o superintendente da Polícia Rodoviária Federal, Luiz Ademar Paes, o representante da Comissão Pró-infância e Juventude da Associação dos Magistrados Catarinenses, Rafael Brüning, o presidente da Associação Catarinense do Ministério Público, Lio Marin, conselheiros tutelares, prefeitos, vereadores e comunidade. (CA)



Pacto nacional foi assinado por Simone Schramm, representando a Assembleia

Vereadores de Presidente Getúlio participam de seminário

A cidade de Presidente Getúlio foi palco, na última sexta-feira (16), da segunda etapa do “Iº Seminário da Região do Alto Vale do Itajaí - Pensando o Poder Legislativo Municipal”. Além de representantes da cidade anfitriã, compareceram ao evento vereadores e agentes políticos das cidades de Witmarsum, Vitor Meireles, José Boitex, Ituporanga, Lontras e Donna Ema.

O seminário é uma realização da Assembleia Legislativa, por intermédio da Escola do Legislativo, do Programa Interlegis - Senado Federal e da União das Câmaras do Alto Vale do Itajaí - Ucavi. A primeira etapa aconteceu na cidade de Ituporanga, no dia 9.

“Precisamos mudar a visão que a população tem do Legislativo municipal e para isso é necessário que os seus membros tenham informações atuais e precisas”, disse o vereador Laudelino Cipriani (PP), vice-presidente da Ucavi (União dos Vereadores do Alto Vale do Ita-

jaí), enfatizando a importância em receber as informações dos palestrantes indicados pela Escola. O presidente da Câmara Municipal de Presidente Getúlio, Zulmir Frare (PT), lembrou que os partidos devem também promover a qualificação dos seus candidatos.

Os temas apresentados foram: *A Função do Vereador*, com Clovis Nelson Pires da Silva (Alesc); *Lei nº 8666/1993 - Licitação*, ministrado por Nadiesda Ghizzo Schmidt, Míriam Furtado Krieger e Sinara Valar Dal Grande, (Alesc); *Orçamento Público*, com Paulo Cesar Salum (TCE); e *Lei de Responsabilidade Fiscal*, apresentado por Geraldo José Gomes (TCE).

As inscrições são gratuitas para os seminários que ainda serão realizados em outras cidades. As vagas são limitadas. Informações na Escola do Legislativo por fax (048) 221-2916 ou por telefone (048) 221-2828/2952. Pela Internet no endereço eletrônico www.ale-sc.gov.br/escola/. (MAG)

Parlamentares de Henan visitam Legislativo estadual

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Oito deputados e uma deputada da província chinesa de Henan - coirmã de Santa Catarina -, visitaram a Assembleia Legislativa na tarde do dia 20, sendo recebidos pelo vice-presidente da Casa, deputado Herneus de Nadal (PMDB), e Sérgio Godinho (PTB), presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil/China em Santa Catarina. Segundo o diretor executivo da instituição, Mauro Viegas, Henan tem cerca de 100 milhões de habitantes. A província tem 83 deputados.

Um dos objetivos da Câmara é estreitar os laços comerciais entre os dois países. Herneus elogiou o trabalho de Godinho à frente da entidade em Santa Catarina. Go-

dinho deve propor em breve a criação do Fórum Parlamentar Brasil/China. De acordo com o petebista, o governador Luiz Henrique da Silveira visitará a província de Henan no dia 12 de outubro. Até essa data, o parlamentar pretende que o Fórum Parlamentar já esteja criado, para possibilitar a participação de

um integrante do Fórum nessa missão à China.

Os deputados chineses visitaram o Plenário durante a realização da sessão ordinária. A Câmara de Comércio e Indústria Brasil/China foi fundada em dezembro de 1986, tendo sede social em São Paulo. Em Santa Catarina, foi instalada em 2004. (MAP)



Legisladores chineses e catarinenses no Plenário

Tributação menor pode reduzir déficit habitacional

Mais de 158 mil cidadãos catarinenses não têm onde morar. Em 2000, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o déficit em Santa Catarina era de 131.264 moradias. Mais de 45 milhões de brasileiros não possuem habitação ou vivem em moradias precárias. Reduzir a carga fiscal – que corresponde hoje a mais de 50% dos custos da construção civil – e desencadear ações políticas que impeçam a concorrência desleal fomentada por alguns governos estaduais é o que sugerem empresários para fomentar o setor, principalmente os programas voltados à população de baixa renda. As reivindicações foram encaminhadas durante audiência pública realizada pela Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo deputado Jorginho Mello (PSDB), no dia 21, a partir de proposição do deputado Dionei Walter da Silva (PT).

“A partir das sugestões tiradas neste debate, encaminharemos propostas ao governo estadual para a definição de políticas específicas que barateiem a habitação popular, e que aumentem o valor do financiamento de R\$ 7 mil para R\$ 12 mil, além de elaborar uma moção ao governo federal para que sejam facilitadas as regras de endividamento daqueles que sonham em ter



Cohab, Fazenda, deputados e empresários. No detalhe, Roberto Breithaup

sua casa própria”, observou Dionei.

Segundo a presidente da Cohab/SC (Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina), Maria Darci Motta Beck, a intenção do governo estadual é dar especial atenção às famílias cuja renda é mais limitada, através do Programa Nova Casa e outras ações. Um dos pontos destacados por ela sobre o Programa, é o redirecionamento dos recursos públicos destinados a esta área ao atendimento das famílias com renda mensal de até três salários mínimos,

nos meios rural e urbano.

Prioridades - “A carga tributária na construção civil ultrapassa os 50% do valor da habitação, enquanto que para um carro popular incidem cerca de 37%. Como é possível o carro ser mais importante do que a moradia?”, questionou o presidente da Associação Nacional dos Comerciantes de Material, Roberto Breithaup. Segundo ele, Paraná, São Paulo e Minas Gerais reduziram tributos, preju-

dicando Santa Catarina. “Essas mercadorias entram com tributo mais barato e encarecem o nosso custo. Levamos ao conhecimento do governador a situação em março. O setor catarinense está sendo prejudicado também pela entrada de produtos sem nota fiscal ou subfaturados. Se fosse reduzido o ICMS para 12%, não sofreríamos com a concorrência”, sugeriu o empresário.

Presidente da Federação dos Comerciantes de Materiais de Construção, Alberto Botega propôs que a Secretaria da Fazenda faça uma substituição tributária global sobre os materiais de construção. O representante da Secretaria, Pedro Mendes, informou que o Estado quer viabilizar a redução de algumas alíquotas em projetos específicos, canalizados a programas de baixa renda, mas registrou que não podem abrir mão de receita sem que indiquem como ela será coberta, conforme dita a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Participaram ainda das discussões os deputados Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP), José Carlos Vieira (PFL), Manoel Mota (PMDB), e Vanio dos Santos (PT). (CA)



Diligência vai apurar crédito ao Fundo

Para esclarecer valores referentes ao ICMS e creditados em favor do Fundo Social, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou pedido de diligência do deputado Vanio dos Santos (PT). A solicitação decorre do Projeto de Lei nº 340/05, de origem governamental, que autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo Social, no total de R\$ 50 milhões, e abertura de crédito suplementar de R\$ 25 milhões em favor da Assembleia Legislativa, TCE (Tribunal de Contas do Estado), TJ (Tribunal de Justiça), MP (Ministério Público) e Udesc.

A proposta visa adequar o Plano Plurianual 2004/2007 à decisão judicial que determinou a dedução do percentual de 25% pertencente aos municípios, e dos que se referem aos repasses constitucionais aos demais poderes, Udesc, TCE e MP, dos recursos decorrentes de créditos relativos ao ICMS direcionados ao Fundo Social.

A diligência foi solicitada à Secretaria da Fazenda. O petista quer saber o valor total dos créditos tributários, oriundos do ICMS, inscritos ou não na dívida ativa, que



Vieirão (ao microfone) teme que demora prejudique municípios

foram objetos de transação fiscal do Fundo; quantas empresas requisitaram o benefício; qual o montante de recursos do ICMS que deixará de ser recolhido aos cofres estaduais em decorrência de benefícios fiscais; o valor arrecadado pelo Fundo Social até o dia 28 de junho deste ano, data prevista para adesão do programa, e a adesão prevista para o período subsequente. Para o deputado Vanio, não está claro na proposta se o Executivo irá fazer a dedução dos valores devidos aos municípios e demais poderes antes do aporte dos recur-

sos ao Fundo Social.

O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) alertou que o projeto trata de aplicação de uma decisão judicial e que, quanto maior for a demora, maiores serão as dificuldades criadas aos municípios, referindo-se ao pedido de diligência. Afirmou ainda, que os valores a serem destinados aos municípios e aos poderes, estão corretos e foram feitos em cima do valor atual do Fundo Social, que é de R\$ 200 milhões. Diante do argumento, Vanio apelou ao líder do governo, João Henrique Blasi (PMDB), para que agilize a resposta a esta diligência. (SD)

Regime de urgência deve ser respeitado



Comissão quer o cumprimento de prazos definidos pelo Regimento Interno

A observância dos prazos determinados regimentalmente para tramitação de matérias em regime de urgência será cobrada pela Comissão de Finanças e Tributação. Atendendo a questão levantada pelo deputado Antônio Ceron (PFL) na reunião de quarta-feira (21), presidida pelo deputado Gelson Merísio (PFL), a Comissão definiu que será enviado expediente à Mesa, para que a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) não esgote todo o período de 45 dias, conforme prevê o RI (Regimento Interno) em seu Artigo 215. O RI também prevê que este período seja dividido em 20 dias corridos para a análise da CCJ e outros

10 dias para as demais comissões.

Ceron argumenta que muitos projetos com prazo vencido vão direto a Plenário sem passar nas outras comissões. Desses projetos, quase todos têm impacto financeiro, assunto diretamente ligado à Comissão de Finanças. “Eu não voto projeto só pela ementa, sem conhecer o conteúdo e as alterações sofridas. Dá a impressão de que os deputados não sabem do assunto, mas a verdade é que não temos tempo de conhecer a fundo determinadas matérias. Ainda ontem (20), veio um projeto ao qual apresentei emendas e não sabia que proposta estava sendo votada; se era com ou sem emendas”, exemplificou. (SD)

Casan

Parceria com municípios pode reerguer a estatal

Os servidores da Casan defendiam, em manifesto lido em Plenário, ações que consideravam importantes para ajudar a reerguer a empresa. A intervenção emergencial do Parlamento, conforme reivindicaram, será essencial para a adição de medidas urgentes. Entre as diretrizes defendidas como necessárias para a definição de uma nova política estadual de saneamento, está a gestão associada (parceria) entre a União, estados e municípios e a manutenção do quadro de trabalhadores da Casan. O

evento marcou o "Dia Estadual de Luta contra a Privatização da Água e Desmonte da Casan".

Os prefeitos argumentam, em defesa da municipalização dos serviços prestados pela Casan, na maior parte através de parceria com a iniciativa privada, que seus municípios geram superávit à estatal, mas não recebem os mesmos valores em obras de infraestrutura e saneamento. A posição foi externada durante um ciclo de audiências públicas realizado pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente, nos mu-

nicipios de São Joaquim (19/5), São João Batista (3/6), Itapema (9/6), Balneário Camboriú e Camboriú (10/6), Tubarão (15/6), Imbituba (16/6), Chapecó (23/6), Caçador (24/6) e Joinville (30/6).

Esse processo crescente, segundo os servidores, pode representar futuramente a demissão de 2.500 funcionários em todo o Estado. Eles argumentam que, em 2002 e 2003, elaboraram um novo modelo de gestão do saneamento ambiental, trabalho concluído em 2004, mas que não foi aceito pelo governo do Estado e pelos prefeitos que aderiram à municipalização.

Direitos e deveres

O presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), que determinou que o assunto seja tratado em reunião das comissões de Saúde, Trabalho e Serviços Públicos, destacou que, se a saúde é uma obrigação do Estado, água e saneamento também são aspectos válidos para atender a população neste requisito.

O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) disse que de nada adiantará qualquer movimento, se o governo do Estado não assumir um compromisso com a causa. Ele entende que é ne-

cessário, primeiro, evitar que novos municípios rompam o contrato de concessão com a Casan, e depois que se busque o retorno daqueles que municipalizaram os serviços. "Sem isso, não haverá nenhuma solução. A Casan não terá como ser gerida sem os municípios que apresentam superávit."

Criticando o processo de privatizações, o deputado Vanio dos Santos (PT) lembrou que esta política representou prejuízos e aumento de tarifas aos consumidores. O

líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), reforçou a necessidade de envolver os municípios na discussão. "É uma decisão que não depende só do governo, pois a concessão é municipal", assinalou e sugeriu a participação da Fecam (Federação Catarinense dos Municípios) no debate.

Os deputados Francisco Küster (PSDB) e Francisco de Assis (PT) defenderam uma solução "com sabedoria, e não através do confronto, e a manutenção dos empregos" como maneira de garantir o serviço público. (SD)

Concessão para emplacamento deve ser revista

O espaço físico da Sala de Imprensa da Assembléia Legislativa foi pequeno para receber o grande número de participantes da reunião da Comissão de Segurança Pública na manhã de quarta-feira (21), para ouvir o secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ronaldo Benedet. O secretário foi convocado através de requerimento dos deputados Joares Ponticelli e Antônio Carlos Vieira - Vieirão, ambos do PP, para esclarecer porque o governo concedeu a empresas fabricantes de placas de automóveis a responsabilidade do emplacamento de veículos e as denúncias envolvendo a duplicidade dos lacres.

Há duas semanas, uma reportagem produzida pela RBS TV de Florianópolis e veiculada em rede nacional mostrou que é possível emplacar um automóvel fora das empresas credenciadas, sem que seja necessário mostrar os documentos do veículo, o que per-

mitiria a clonagem.

Benedet afirmou que o atual governo não contratou os fabricantes de placas sem dispensa de licitação e que a Portaria do Detran, que criou o credenciamento, é de 2001. "Nós apenas aprimoramos o controle", declarou, sendo contestado pelo deputado Vieirão que apresentou documento com data do convênio de 2004. "Não importa quem foi o autor do procedimento. O senhor está secretário e precisa tomar providências efetivas para resolver o problema", complementou Ponticelli.

Segundo o diretor do Detran/SC, Paulo Roberto Dias Neves, até 2001 não havia controle do lacre e da placa dos veículos e nem o cruzamento de informações. "Fizemos um convênio com Afapv (Associação dos Fabricantes de Placas de Veículos) para consulta ou inserção de dados e depois uma Portaria para disciplinar o procedimento", disse o diretor, que assegurou ainda, ao ser questionado pelo deputado Ponticelli, que não há trabalhadores no Detran pagos pela Afapv. (RMPP)

Ministério Público afirma que existem irregularidades

As investigações que estão sendo feitas pelo Ministério Público apontam diversas irregularidades, que foram relatadas pelas promotoras de Justiça, Analu Liberato Longo e Vanessa Cavallazi Gomes. Entre elas

estão a ausência de licitação; a entrega de parte da fiscalização do sistema à Afapv, que também comercializa os lacres e sonegação fiscal. "Um dos pontos nevrálgicos é entregar o poder de polícia a uma entidade de classe. Se é uma associação é para defender os interes-

ses dos seus associados e portanto, não pode gerenciar a distribuição de lacres", acrescentou Vanessa, que afirmou ser inconstitucional o convênio entre o Detran e a Afapv, que compra os lacres de uma única empresa e revende para seus associados.

mil lacres/mês e 450 mil por ano. Depois de quase três horas de discussão, o secretário Benedet prometeu empenho para solucionar os problemas apontados. "Temos que encontrar uma solução sem tornar inviável o emplacamento. Se há erros jurídicos do passado, vamos corrigir."

Para Ponticelli, a duplicidade de lacres dá margem para a clonagem, o que mostra a necessidade urgente de aperfeiçoar o sistema em Santa Catarina. "Apesar do nosso sistema ser um dos melhores do país, ainda há falhas que precisam ser eliminadas", concluiu. (RMPP)



Promotoras Analu Liberato e Vanessa Cavallazi Gomes



Ponticelli (ao microfone) exigiu providências efetivas...



...do secretário Benedet. As falhas, assegurou ele, serão eliminadas

Aprovados

Comércio e exploração nas rodovias serão taxados

A partir da aprovação do Projeto de Lei nº 248/05, de autoria do Poder Executivo, no último dia 20, o Estado tem a prerrogativa de cobrar – de empresas públicas e privadas –, pela exploração e comercialização nas faixas de domínio e das áreas adjacentes às rodovias estaduais e federais a ele delegadas.

A medida, conforme o secretário da Infraestrutura, Mauro Mariani (PMDB), que prestou esclarecimentos sobre a proposta na Comissão de Constituição e Justiça, vai permitir que a arrecadação do Deinfra aumente, possibilitando a manutenção de 4 mil quilômetros de rodovias e investimentos em 2 mil quilômetros que sequer têm pavimentação. Segundo ele, a arrecadação do Departamento é inferior, atualmente, a R\$ 8 milhões por ano, valor insuficiente para a realização dos serviços.

O projeto foi aprovado com emenda aditiva do deputado Joares Ponticelli (PP), em que estão detalhados valores e sanções referentes às ocupações das faixas de domínio das rodovias, o que para os deputados Wilson Vieira – Dentinho, presidente da Comissão de Finanças e Tributação, e Antônio Carlos Vieira (PP), vai redundar em aumento de custos ao consumidor e da carga tributária para as empresas. (RV)

Agência reguladora

A Agesc (Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina), caracterizada como autarquia especial vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura, passa a ter, a partir da aprovação do substitutivo global, de autoria da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), ao Projeto de Lei nº 247/05 remetido pelo Executivo, uma nova organização, estruturação e funcionamento.

A agência tem por finalidade a regulamentação, controle e fiscalização dos serviços públicos de competência do Estado e os poderes conferidos a ela serão exercidos sempre em nome do interesse público, sobre concessões, permissões e autorizações. Terá como fontes de recursos as dotações consignadas no Orçamento do Estado, os valores relativos à cobrança de taxas de fiscalização regulados pela Agesc, a transferência de recursos para exercício de atividades delegadas da União ou dos municípios relativos a serviço público, recursos provenientes da celebração de convênios, acordos e contratos e o produto da venda de publicações, material técnico, dados e informações, inclusive para fins de licitação pública e emolumentos administrativos. (DAB)

Penitenciária Industrial

Aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 21/05, de autoria do Executivo, que cria a Penitenciária Industrial de Joinville e seis cargos de direção para a nova instituição. O novo estabelecimento do Sistema Penal de Santa Catarina terá o seu funcionamento regido por meio da terceirização de serviços para a contratação de profissionais de segurança, saúde e ensino. (GMP)

Nova lei cessa cobrança de taxas do Detran e PRE

Depende apenas da sanção do governador a isenção das taxas de estadia nos pátios do Detran e PRE (Polícia Rodoviária Estadual) aos veículos que se beneficiem da Lei nº 11.391, de 3 de maio de 2000. O Plenário aprovou no dia 20 o Projeto de Lei nº 130/05, de autoria do deputado Nilson Gonçalves (PSDB), que autoriza o Poder Executivo a conceder tal isenção. O texto da nova lei também deixa o Detran encarregado de emitir e enviar os carnês do parcelamento.

A Lei nº 11.391 autorizou o governo a parcelar débitos de multas de trânsito em até cinco ve-

zes. Entretanto, o benefício do parcelamento muitas vezes esbarra na impossibilidade do pagamento das taxas de estadia, ou diárias cobradas pelo tempo de estacionamento nos pátios do Detran e da PRE, já que o valor muitas vezes ultrapassa o próprio IPVA.

Assim que receber a assinatura do Executivo, a nova lei possibilitará, conforme argumenta o deputado Nilson Gonçalves, que os veículos e motocicletas sejam resgatados pelos proprietários, esvaziando os pátios. O Estado também arrecadará mais do que alcança com os leilões, avalia o parlamentar. (DAB)

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Servidores do Deter assistiram votação das galerias e comemoraram resultado positivo

PM terá serviço temporário

Aprovado substitutivo global, de autoria do deputado João Henrique Blasi (PMDB), ao Projeto de Lei nº 15/05, que institui o serviço auxiliar temporário na Polícia Militar. O serviço militar temporário, conforme justifica o deputado, além de permitir a execução de atividades administrativas internas, de saúde, de segurança de instalações, de guarda de honra, de apoio à guarda externa de estabelecimentos prisionais e atendimento telefônico, ainda tem

por objetivo proporcionar ocupação, qualificação profissional e renda aos jovens,

O candidato que ingressar no serviço temporário usará uniforme diferente do utilizado pela PM, não usará armas de fogo ou nem exercerá poder de polícia. O prazo de prestação do serviço será de um ano, prorrogável por igual período, sem gerar vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim. (GMP)

Hino

Na sessão plenária de terça-feira (20), os deputados aprovaram o Projeto de Lei nº 165/05, dos deputados Onofre Agostini (PFL) e Romildo Titon (PMDB), instituindo o Hino do Bombeiro Comunitário de Santa Catarina. O projeto, que não constava

da Ordem do Dia, foi incluído a pedido de Agostini, devido à sessão solene marcada para às 19 horas daquela dia, em homenagem aos 79 anos de criação do Corpo de Bombeiros. “A idéia é que ainda na noite de hoje o hino seja cantado”, justificou Agostini. (GMP)

Saneamento

Elaborado com a participação da Fecam (Federação Catarinense dos Municípios), o Projeto de Lei nº 220/05 foi aprovado em Plenário e vai permitir que Santa Catarina se habilite à obtenção de recursos financeiros de origem nacional e internacional, de fontes públicas e privadas, como já ocorre com o Projeto Microbacias 2, financiado pelo Banco Mundial.

A nova lei, que cria a Política Estadual de Saneamento, terá como objetivos assegurar os benefícios da salubridade ambiental à totalidade da população catarinense, promover a integração dos recursos institucionais, tecnológicos, econômico-financeiros e administrativos disponíveis, promover o desenvolvimento da capacidade tecnológica, financeira e gerencial dos serviços públicos de saneamento no Estado e a organização e desenvolvimento do setor. (RV)

Gratificação

Para compensar a perda do poder aquisitivo do quadro de pessoal do Deter (Departamento de Transportes e Terminais), vinculado à Secretaria Estadual de Infraestrutura e que não tem um plano de cargos e salários, o Executivo enviou à Assembléia Legislativa o Projeto de Lei Complementar nº 29/05, que institui a Gratificação de Serviços de Transportes, aprovado em Plenário.

Autarquia com autonomia financeira, o Deter registrou aumento de 56,91% na arrecadação de receitas desde 2003, obtidas através de tarifa de administração, controle, planejamento e modernização do sistema de transporte no Estado, incidente sobre linhas e serviços. A gratificação, justifica o governo, representa valorizar dos profissionais e objetiva estimulá-los a alcançar os resultados esperados pela direção do órgão. (RV)

Data

De autoria do deputado Onofre Agostini (PFL), presidente da Comissão de Saúde, foi aprovado o Projeto de Lei nº 310/05, instituindo em Santa Catarina o Dia do Motorista de Ambulância, a ser comemorado anualmente em 10 de outubro. A finalidade é homenagear esses profissionais que, “muitas vezes contrariando o tempo e vencendo distâncias para salvar vidas, não são apenas motoristas, mas acima de tudo homens dedicados aos doentes, dos quais muitas vezes tornam-se amigos”, enfatizou Onofre. (SCT)

Vieirão pede que Fazenda suste Portaria

Preocupado com os efeitos que a Portaria nº 137/05, de 30 de junho de 2005, da Secretaria da Fazenda, que dispõe sobre o cálculo do valor adicionado, poderá ocasionar aos municípios de pequeno e médio porte, o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) apresentou na Comissão de Constituição e Justiça a proposta de sustação do Ato Normativo. Esta portaria refere-se ao retorno do ICMS aos municípios, e determina que para fazer a distribuição do repasse do imposto deve ser considerado apenas o estoque final de 31 de dezembro do ano passado.

Segundo o parlamentar, a inserção da diferença positiva dos estoques determinada pela Portaria produz grave distorção nos índices de participação dos municípios, posto que privilegia aqueles com maior número de empresas. Estes terão maior valor de estoque, em detrimento dos menores, cuja atividade industrial e comercial tem expressão reduzida, prevalecendo a agropecuária, que não repercute em saldos de inventário.

Vieirão ressalta que o ato beneficiará as grandes empresas e, conseqüentemente, os grandes municípios. Ele acredita que o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) desconhece a existência

da Portaria 137, que, conforme conhecimento do deputado, irá prejudicar pelo menos 250 municípios, que deverão perder recursos do ICMS.

O parlamentar disse ainda que já recebeu correspondência da Associação dos Municípios do Extremo-oeste do Estado, manifestando indignação e solicitando apoio. Ao finalizar, Vieirão anunciou que, "se alguém comprovar que a Portaria não será prejudicial aos pequenos municípios, não abrirei mais a boca em Plenário até o final do meu mandato".

Nepotismo - A rejeição do projeto de autoria do vereador da capital, Guilherme Grillo (PP), no último dia 13, deixou o deputado Vieirão (PP) insatisfeito. O projeto tinha como finalidade proibir o nepotismo em todos os órgãos da administração municipal. "Perdemos uma grande oportunidade de acabar com essa prática", destacou da tribuna na sessão do dia 14.

Vieirão ressaltou que a aplicação do projeto beneficiaria a sociedade, e fez um questionamento. "Não sei por que um vereador do PT, que sempre perseguiu a ex-prefeita Angela Amin (PP) em sua administração, acusando-a de cometer nepotismo, votou contra a aprovação da matéria." (MOR/TM)

Duduco defende secretário

As constantes críticas que o secretário de Turismo de Florianópolis, Luiz Ferreira, vem recebendo por parte da imprensa local foram duramente rebatidas pelo deputado Nilson Nelson Machado - Duduco - (sem partido). Segundo o parlamentar, o secretário vem desenvolvendo um bom trabalho, mesmo sem a ajuda do prefeito Dário Berger



Duduco: críticas a Berger

(PSDB), pois sua pasta não possui arrecadação e para ter recursos depende do repasse do Executivo.

O deputado contestou e cobrou ain-

da a ida do prefeito Berger à França para participar da Feira Internacional de Turismo, sem a presença na comitiva do secretário Ferreira. "É isso que a imprensa tem que questionar com o prefeito, pois é uma falta de respeito com o secretário." Duduco lamentou ainda que a dificuldade que o secretário de Turismo teve para realizar "um dos melhores carnavais que a capital já teve, sem ônus para os cofres da prefeitura, somente com ajuda de empresários, não foi citada pelos colonistas." (MOR)

Peninha reafirma eficiência da descentralização

Referindo-se a uma palestra em Apiúna, cujo tema foi a descentralização administrativa, ministrada pelo professor Leinoir Lunelli, diretor-geral da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Ibirama, o deputado Rogério Mendonça - Peninha foi à tribuna no dia 13 para destacar, mais uma vez, a importância da descentralização para o Estado. "Isso (a descentralização) permite que a caneta que estava com o governador passe aos integrantes do Conselho de Desenvolvimento Regional. Antigamente, tínhamos um processo arcaico em que um governo atendia os 293 prefeitos em Florianópolis. Agora isso mudou."

Conforme assinalou, é uma forma diferente de governar, que segue o exemplo de países desenvolvidos como Alemanha, Itália, França e Estados Unidos,



Peemedebista enalteceu nova fórmula

onde a riqueza não fica concentrada apenas nas capitais. "É uma mudança conceitual, bem aceita pelos jovens que representam o futuro de Santa Catarina."

Agricultura - Também em Apiúna reuniram-se integrantes da Associação de Desenvolvimento da Microbacia de Ribeirão Neise para participar do I Encontro de Florestas Plantadas, que ensinou o agricultor a manejar o reflorestamento através do plantio de mudas de qualidade nos terrenos que não estão sendo aproveitados. O encontro permitiu a melhoria da tecnologia utilizada. Dados sobre a cadeia produtiva de madeira do Brasil e do mundo também foram apresentados.

Endossando seu correligionário, o deputado Manoel Mota, líder da bancada do PMDB, reafirmou que a descentralização no atual governo é um fato. (GMP)

Vanio contesta artigo de Pavan

Um artigo escrito pelo senador Leonel Pavan (PSDB) e publicado pela imprensa provocou revolta do deputado petista Vanio dos Santos. O parlamentar criticou o texto de Pavan e fez inúmeras comparações entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva.

"Pavan reclama que o governo federal não investe em Santa Catarina e afirma que as obras da BR-101 ainda não passaram da terraplenagem. Entretanto, no mesmo periódico, duas matérias chamam a atenção, a primeira sobre a liberação de mais de R\$ 1 milhão



Vanio rebateu senador

para a agricultura familiar, e a segunda sobre a liberação de R\$ 1,5 milhão do BNDES a serem investidos em geração de empregos", argumentou.

O petista disse que o senador está equivocado e "esquece dos oito anos em que o país foi governado pelo PSDB, recheados de falsas promessas."

Em aparte, o deputado Francisco Küster (PSDB) defendeu Pavan e argumentou que o senador apenas está preocupado com a centralização da arrecadação proveniente dos estados. "Mesmo com esses investimentos, o débito com Santa Catarina é grande." (TK)

Odete fala sobre Rodrigues

Preocupada com os comentários que poderiam respingar no PL catarinense, a deputada Odete de Jesus assegurou em discurso da tribuna, na sessão do dia 14, que o ex-deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ), acusado de se beneficiar com recursos vindos de contas do empresário Marcos Valério, já não pertence à Igreja Universal do Reino de Deus há mais de um ano. O parlamentar renunciou ao mandato de deputado

federal no último dia 12, para evitar o processo de cassação.

Conforme disse Odete, não é porque alguns parlamentares do PL se envolveram em esquema de corrupção que todo o partido é composto por corruptos. "A exemplo da bancada do PT catarinense, integrada só por pessoas honestas e de bem. Com o PL é a mesma coisa e tenho certeza de que o povo saberá distinguir os bons dos maus", afirmou. (TK)

José Carlos considera educação essencial

Ao comentar um artigo do ex-presidente da República e atual senador Marco Maciel (PFL/PE), com o título "Conviver, mais que vencer", o deputado José Carlos Vieira (PFL) disse que Maciel é um exemplo de homem público, que sempre honrou os diversos cargos ocupados na política.

Em seu artigo, o senador afirmou que "educação, mais do que ensino, lida com valores do mesmo modo que a cultura trata de crenças, hábitos e costumes".

José Carlos Vieira usou o artigo para relacionar crise política e educação. "Neste momento, o país percebe que os acontecimentos que macularam a política brasileira têm a ver com a falta de educação do povo".

Para o parlamentar catarinense, é nos momentos de crise que se busca o aprendizado. "Estimo que o PT se recupere e honre sua história e tome a lição de que todos devemos vigiar a democracia." (RMPP)

Deputados relatam viagem à Rússia

Com o objetivo de buscar novas frentes de negócios na Rússia, 21 dirigentes de cooperativas de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul, sob a coordenação da Ocesc (Organização das Cooperativas do Estado), Fecoagro (Federação das Cooperativas Agropecuárias) e Coopercentral Aurora, participaram de missão naquele país, de 5 a 16 de setembro. Os deputados Herneus de Nadal (PMDB) e Reno Caramori (PP) representaram o Parlamento na comitiva. Herneus fez um breve relato da viagem na sessão plenária do dia 20. "O objetivo é fazer com que os la-

ços comerciais entre Santa Catarina e Rússia se tornem mais sólidos no que diz respeito à exportação de carnes, principalmente a suína", assinalou Herneus.

Atualmente, a Rússia produz 1,6 milhão de toneladas de carne suína ao ano, e importa 650 mil toneladas. "Somos responsáveis por 50% das exportações de carne suína para aquele país. Nossa carne suína tem qualidade reconhecida e é um produto competitivo", disse.

O deputado Reno Caramori defende que o Brasil crie mecanismos para ampliar sua quotas de participação no total das importações feitas pela Rússia. "Os americanos têm uma reserva de 70% do total de importações russas, em troca de outros benefícios econômicos", assinala Caramori.

Dentre os vários locais que a comitiva visitou, Herneus destacou a embaixada brasileira, o Ministério da Agricul-



Herneus fez relato em Plenário

tura e visitas aos setores produtivos e a indústrias de processamento de carnes. Os contatos feitos com o embaixador Carlos Augusto Santos Neves abriram espaço para a exposição dos produtos derivados de carne da Aurora numa grande feira realizada em Moscou anualmente, onde vários países expõem seus produtos. Ele também destacou a visita à Universidade Cooperativa de Moscou. A instituição, que de acordo com o deputado é semipública, existe há 95 anos, mantém 12 cursos de preparação de pessoal para atuar em todos os setores do cooperativismo e possui 16 campi com mais de 9 mil alunos. (MAP)



Pepebista quer quota maior

Movimento ganha espaço em sessão

No momento em que o presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, deputado Romildo Tilton (PMDB), iniciava o seu pronunciamento, manifestantes contrários à reforma universitária proposta pelo governo federal lotaram as galerias do Plenário, demonstrando sua indignação quanto ao que chamam de "desmonte do ensino público".

O presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL) abriu espaço para que dois representantes dos grevistas ocupassem o microfone da tribuna por dez minutos. A coordenadora do movimento e integrante do Sintufsc (Sindicato dos trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina), jornalista Elaine Tavares, defendeu o movi-

mento dizendo que "a política neoliberal implantada no Brasil é uma das responsáveis pelo abandono do ensino público no país".

Já o estudante Bruno, o segundo a falar, pediu o apoio dos parlamentares para a universidade pública e mostrou-se preocupado com o futuro, ao questionar o tipo de instituição e a qualidade do ensino recebido na UFSC. (SCT)

Obras são elogiadas por Genésio

A obra de reabertura da Barra do Camacho, o asfaltamento da estrada que liga à localidade e as benfeitorias que o governo do Estado está levando para a região da Amurel (Associação dos Municípios da Região de Laguna) foi tema do pronunciamento do deputado Genésio Goulart (PMDB) na manhã de quinta-feira (15).

Para Goulart os moradores da região estão satisfeitos com as ações do

governo estadual, que aplicou cerca de R\$ 100 mil nas obras de reabertura da Barra do Camacho, pleito que há mais de 18 anos vinha sendo reivindicado pela comunidade. "Assim dá para a gente ver que a descentralização é muito importante. Além da reabertura da barra, a tão esperada obra asfáltica também está acontecendo, sem falar que na semana passada foram entregues um posto policial e uma viatura para a polícia." (CA)



Genésio agradeceu ao governador

Dionei afirma que situação em escolas estaduais é crítica

A situação precária de algumas escolas estaduais está preocupando o deputado Dionei Walter da Silva (PT) e, pela terceira vez, o parlamentar mostrou fotos da Escola Estadual Elza Granzotto Ferraz, localizada no bairro Santa Luíza, em Jaraguá do Sul. Esta unidade, segundo Dionei, precisa de uma reforma geral, pois seu prédio está com rachaduras, calhas quebradas, a quadra de esportes em péssimo estado, entre inúmeros outros problemas.

Para Dionei, os problemas com a educação têm que ser revistos pelo governo do Estado. "Um balanço apresentado pelo governo sobre os devedores do ICMS que deveriam se cadastrar no Fundo Social alcançou o valor de R\$ 105 milhões, o que significa um perdão do mesmo valor pelo governo. São 50% a menos para o Estado. Quando Jacó Anderle era



Dionei vai fazer novo pedido a Queiroz

o secretário da Educação, houve o compromisso de que, em 2004, fosse construída quase que uma escola nova. "Agora vamos encaminhar um novo pedido ao secretário Diomário Queiroz", enfatizou Dionei. (DAB)

Nota oficial do PMDB desagrada PP e PFL

A nota oficial publicada pelo PMDB nos jornais do dia 14, na qual afirma que o PFL ataca agressivamente em seu programa de tevê as secretarias de Desenvolvimento Regional, acusando-as de inchar ainda mais as despesas do Estado, fez com que o líder do PP, deputado Joares Ponticelli, defendesse seus colegas de oposição, acusando o partido do governador Luiz Henrique da Silveira de não aceitar nenhum tipo de crítica.

"São eles que estão fazendo uma política velha e corrupta ao se comportarem como se o PFL fosse uma sucursal do governo. Este foi um grande equívoco do presidente em exercício do Diretório Estadual do PMDB, deputado João Matos, ao assinar essa nota, que seria cômica, não fosse trágica", afirmou Ponticelli.

Para o líder do PP, "a política que o governador e seu partido estão praticando é muito pior do que toda a onda de corrupção que assola Brasília". "Aqui não temos mensalão, mas temos o Fundo Social, que está sendo usado para comprar prefeitos pelo Estado afora. Eles procuram os prefeitos e oferecem convênios, a troca de filiação partidária, que será paga com dinheiro público, já que eles usam o Fundo Social para isso", afirmou.

Em aparte, o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) comentou que a bancada do PFL deve se sentir ofendida. Na visão do deputado Francisco Küster (PMDB), as notas publicadas na mídia estão relacionadas ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, e não ao governo. "Essa é uma questão que precisa ser resolvida entre os dois partidos, pois acredito que o governador Luiz Henrique da Silveira não deve ter conhecimento." Küster destacou que os partidos devem esclarecer este fato com serenidade para que o governo não sofra a injustiça de ser questionado.

Insatisfação - Já para o líder do PMDB, deputado Manoel Mota, se esse número de parlamentares está saindo do PP "é porque não se sentem bem onde estão, e por isso não podem ser crucificados". Para Mota, o desabafo de Ponticelli deve-se ao fato de estar o seu partido vivendo um momento de inúmeras acusações de corrupção envolvendo líderes nacionais.

"Sei que no meu partido há muita gente envolvida com corrupção, deputados que precisam ser banidos. Mas no PMDB também. Na política podem chegar ignorantes, mas não burros", finalizou Ponticelli. (GMP/MOR/TK/TM)

Ana Paula apóia desarmamento

Para destacar a importância de apoiar a proibição do comércio de armas de fogo e munições no Brasil, a deputada Ana Paula Lima (PT) comentou casos divulgados pela imprensa que comprovariam a tese - amparada em estatísticas - de que "violência gera violência". A parlamentar alertou ainda para a necessidade de a "população ser conscientizada de que a segurança não é garantida pelo porte de armas". Ana Paula citou dois casos de morte por arma de fogo ocorridos recentemente, um em Florianópolis, no bairro da Trindade, em que Josimar da Silva, 16 anos, foi cercado por dois rapazes e morreu com três tiros

no rosto, e o outro envolvendo uma criança de 4 anos, em Seara, que morreu vítima de um tiro acidental.

"A segurança é uma questão de Estado e cabe ao governo assegurá-la", lembrou, e pediu aos parlamentares que, em suas bases eleitorais, defendam o desarmamento no referendo que irá decidir, através da consulta popular, no dia 23 de outubro, o uso ou a proibição de armas de fogo no Brasil. Ela também falou sobre um estudo do governo comprovando que nos últimos 13 anos o índice de mortes por armas de fogo foi 8% menor, em função da campanha de desarmamento promovida pelo

Ministério da Justiça. Nessa campanha, foram recolhidas 400 mil armas no país.

Segundo Ana Paula, a coleta voluntária de armas em Santa Catarina obteve um resultado ainda melhor, com um índice de 9,9% na redução do número de mortes.

O líder do PT, deputado Paulo Eccel, apoiou a deputada comentando também outro caso de morte ocorrido um dia antes, quando uma mulher foi morta pelo marido após uma discussão banal envolvendo disputa de bens. De acordo com Ana Paula, "as armas são mal utilizadas, são instrumento de crimes passionais e acidentais" e "a população, a pessoa comum, não está preparada para portá-las." (SCT).

Petista diz que governo mentiu

O descumprimento da Lei Complementar nº 254/03, que reorganiza a estrutura administrativa e a remuneração dos profissionais do Sistema de Segurança Pública da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, conhecida como escala vertical dos servidores do setor, levou o deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT) à tribuna, na sessão do dia 15, quando



Deputado criticou descumprimento da lei

fez duras críticas ao governador Luiz Henrique da Silveira. O parlamentar acusa o chefe do Executivo de mentir para os trabalhadores, para os deputados e para os cidadãos catarinenses, pois a promessa do reajuste quando do aumento da receita não está sendo cumprida. Ele apresentou a receita orçamentária arrecadada nos meses de maio, junho e julho de 2004 e 2005, comprovando o incremento.

Dentinho lembrou que, há dois anos, o governo chamou os mais variados representantes dos trabalhadores da área de segurança do Estado para discutir proposta que fosse viável para os servidores, chegando a um percentual em projeto que foi encaminhado para a Alesc, cuja matéria foi o relator. "Procurei manter na íntegra a proposta acordada pelo Executivo e os servidores. Quando esperávamos o projeto de escala vertical, o governo prometeu que daria a resposta com 15% de reajuste, assim que tivesse aumento de receita. Todos acreditamos no governo que, na minha opinião, mentiu para todos nós", observou.

O deputado mostrou documento em que a Receita Orçamentária Arrecadada nos meses de maio, junho e julho de 2004 e 2005 apontam o incremento. Nos três meses, a diferença positiva foi de R\$ 117.257.195,17, representando R\$ 39.085.731 ao mês. "A Folha de pagamento de abril de 2005, entre ativos e inativos, foi de R\$

37.776.585,51 e o reajuste representaria R\$ 5.666.487,83. Isso mostra que o governo tinha condições de dar o aumento, mas até agora só deu um abono, que não passa de uma forma de dar esmola ao trabalhador."

Omissão - O deputado Francisco Küster (PSDB) saiu em defesa de LHS e em aparte cobrou de Dentinho por que o governo federal não concede reajuste de salários aos servidores, exemplificando que a omissão de Lula levou os funcionários dos Correios e da UFSC à greve. "Claro que uma coisa não justifica a outra. O governador está fazendo o que pode. Mas o deputado tem telhado de vidro e não pode estar fazendo esse tipo de cobrança", enfatizou.

Dentinho, em resposta, lembrou que foi eleito deputado estadual e que sua missão é representar o povo catarinense e não estar reivindicando por assuntos da esfera federal. "Também concordo que o governo Lula prometeu e não cumpriu. Mas a questão aqui está ligada ao povo catarinense e, principalmente, àqueles que atuam na área da Segurança Pública", rebateu. (CA)

DOS GABINETES

Política para segurança

O ministro da Justiça, Márcio Tomaz Bastos, fez uma exposição sobre as "Políticas públicas para a Segurança Pública e para o sistema prisional no Brasil", dentro do 2º Seminário de Gestão Prisional, Segurança Pública e Cidadania, realizado na quarta-feira (21), em Joinville. O evento foi promovido pelo Conselho Carcerário do município em parceria com os deputados petistas Wilson Vieira - Dentinho e Dionei Walter da Silva, Amunesc e Assembléia Legislativa e aconteceu no Centro Diocesano de Pastoral,

Aprovado - O projeto de lei

que visa à transferência para a administração municipal de Joinville do terreno e do prédio onde se localiza o Ginásio Ivan Rodrigues foi aprovado na última quarta-feira (14), durante reunião da Comissão de Finanças. Nesta Comissão, o projeto teve o parecer do deputado Dentinho e foi aprovado por unanimidade. O parlamentar acredita que a regularização do terreno e do prédio vão favorecer que grandes eventos esportivos e culturais sejam promovidos pelo município. O projeto será analisado agora pela Comissão de Trabalho para depois ir a votação em Plenário. (RA)

Moção à Malwee

Por solicitação do deputado Dionei Walter da Silva (PT), a Assembléia Legislativa aprovou, na quarta-feira (14), o envio de moção parabenizando o prefeito de Jaraguá do Sul, Moacir Bertoldi (PL), e o empresário Wandér Weege pela conquista do campeonato da Liga Nacional de Futsal pela equipe da Malwee/Fundação Municipal de Esportes. O deputado também felicitou o time e o município pela conquista do título inédito durante seu pronunciamento na tribuna da Assembléia.

O parlamentar lembrou que infelizmente os torcedores tiveram que

se deslocar a Brusque, no domingo, porque Jaraguá do Sul não conta ainda com um complexo esportivo do porte exigido pela partida. Mas salientou que a atual administração está levando esse projeto a sério e que essa situação tende a ser revertida com a construção da Arena Multiuso, um projeto que o deputado apóia e considera de extrema relevância para o desenvolvimento do esporte local.

O time de Jaraguá do Sul disputou a final da Liga de Futsal com o Atlântico, de Erechim (RS), no domingo (11), e venceu o jogo por 3 a 2.

Asfaltamento

Preocupado com a segurança da população de Timbó Grande, o deputado Cesar Souza (PFL) encaminhou indicação ao governo do Estado solicitando asfaltamento da estrada de acesso daquele município à BR-116. O pleito do parlamentar foi enviado ao governador Luiz Henrique da Silveira e ao secretário da Infra-estrutura, Mauro

Mariani (PMDB). Conforme o parlamentar, "a pavimentação das estradas que dão acesso aos municípios é um compromisso do atual governador, e o asfaltamento da referida estrada dará maior segurança àqueles que por ela trafegam, bem como contribuirá com o desenvolvimento daquela região", afirmou. (Liderança do PFL)

Matas ciliares

As reservas de mata ciliar, formadas por faixas florestais que margeiam os cursos d'água com a finalidade de preservá-los, ajudar a manter o equilíbrio biológico e contribuir para a redução de desastres naturais são um assunto disciplinado por lei federal. Sua importância é grande para o meio ambiente e para o ecossistema como um todo. Sobre esse tema, o deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB) protocolou requerimento, dirigido à ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, para que autorize estudos imediatos no sentido de regionalizar esta lei, que é idêntica para todo o país.

Segundo Peninha, como o Brasil é um país de grande diversidade

geográfica, uma lei ambiental que defina limites para a mata ciliar, válida para o Estado do Amazonas, não pode ser a mesma para o Estado de Santa Catarina. Ambos têm sistemas hidrológicos e estrutura fundiária completamente diferentes. "A mata ciliar é importante e deve ser preservada, mas não podemos deixar de considerar as diferenças regionais," alerta o parlamentar.

Diesel - Peninha também está enviando correspondência à banca catarinense no Congresso Nacional, solicitando que sejam providenciadas medidas urgentes para a redução dos impostos incidentes sobre o óleo diesel, em especial aquele utilizado como combustível na agropecuária.

Política de Recursos Hídricos

Projeto do governo é analisado em seminário

(foto Solon Soares)

Denise Arruda Bortolon
Magda Audrey Pamplona
Tatiana Kinoshita

Promovido pelo Fórum Permanente das Águas, atendendo requerimento do deputado Afrânio Boppré (PT), o seminário *Plebiscito da Água*, realizado na tarde do dia 15, no Plenário, reuniu especialistas, autoridades, técnicos, para debater a proposta de Política Estadual de Recursos Hídricos e a instituição, estruturação e organização do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, contidas no Projeto de Lei nº 292, que está sob análise do Parlamento desde o segundo semestre do ano passado. “Reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor; incentivar a racionalização de seu uso e obter recursos financeiros para implementação e financiamento dos programas e intervenções contemplados nos Planos de Recursos Hídricos”, estão no centro da proposta, conforme relacionou o presidente do Fórum, deputado Pedro Baldissera (PT).

A discussão centrou-se na instituição da cobrança pelo uso da água, um dos pontos mais polêmicos do projeto elaborado pelo governo do Estado, e na proposta de decreto de autoria de Boppré. Através do Projeto de Decreto Parlamentar nº 13/2005 - rejeitado por 14 votos a 8 na sessão plenária do dia 20 -, o parlamentar propunha que os catarinenses votassem a favor ou contra a cobrança do uso da água em plebiscito no dia 23 de outubro, aproveitando a estrutura

montada pelo Tribunal Regional Eleitoral. “Sobre este tema específico, acredito que temos (os deputados) que devolver à população o poder que ela nos deu”, justificou o petista antes da derrubada de seu projeto.

Atualmente, conforme explicou o professor doutor do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina, Christian Caubet, a população só paga o custo da captação e distribuição. “A água é gratuita. No futuro próximo, a gente vai pagar pelas instalações e pelo volume de água”, resumiu.



Plebiscito proposto por Boppré foi rejeitado



Uso das águas deve ser normatizado por lei estadual

Representatividade

Como destacou o deputado Baldissera, o projeto normatiza ainda a outorga de direito de uso dos recursos hídricos. “Ele prevê que a implantação de qualquer empreendimento ou atividade que envolva utilização de recursos hídricos depende de autorização do órgão gestor de recursos hídricos. Os usos de caráter individual, destinados à satisfação das necessidades básicas da vida são dispensados da outorga.” O órgão central e gestor do Sistema

Estadual de Recursos Hídricos seria a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente.

Sobre a composição dos Comitês de Bacias Hidrográficas, Baldissera considera que a política pretendida vai abrir a possibilidade de o Estado - a estrutura estatal - ficar com 60% da composição dos Comitês de Bacias, prejudicando a participação efetiva da sociedade civil nas decisões sobre os projetos relativos ao uso dos recursos hídricos. “A composição dos Comitês de Bacias Hidro-

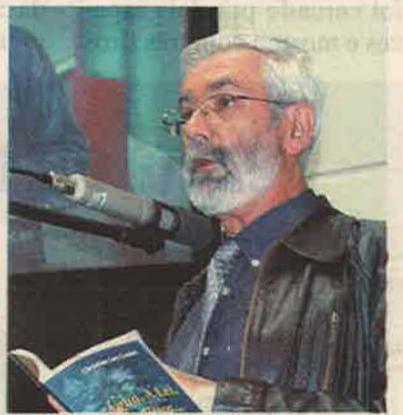
gráficas será feita de 40% de representantes dos usuários da água; outros 40% representarão a população da bacia, através dos poderes Executivo e Legislativo municipais, de parlamentares da região e de organizações e entidades da sociedade civil, e 20% de representantes dos diversos órgãos da administração federal e estadual atuantes na bacia e que estejam relacionados com os recursos hídricos”, detalhou.

O deputado Dionei Walter da Silva (PT) também esteve presente ao Seminário.

“Polícia da água”

Autor do livro *A Água, a Lei, A Política... E o Meio Ambiente?*, de 2004, o professor Christian Caubet, defende a criação de uma “polícia da água”, para fiscalizar o correto uso dos recursos hídricos, o que não está previsto na legislação atual, nem na proposta do governo catarinense.

Caubet ponderou que se a legislação ambiental brasileira estivesse sendo respeitada, não haveria a atual necessidade de criar mais leis para esta área,



Caubet: falta respeito às leis

Regulamentação estadual é urgente

O coordenador do Fonasc- CBH (Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas), João Climaco Mendonça Filho, considera a demora em aprovar a regulamentação dos recursos hídricos prejudicial. “Os projetos de resíduos sólidos e gerenciamento costeiro já foram aprovados, agora o de recursos hídricos também precisa ser”. Ele sugeriu a criação de novos microrganismos para que facilite os legisladores.

O fato de pequenas hidrelétricas desviarem o percurso das águas e devolvê-las inadequadas, ou até mesmo contaminadas para consumo, tornaria a água um bem “já privatizado”. Isso é o que pensa o coordenador do Núcleo de Estudos da Água da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), Cesar Augusto Pompêo, que alertou para o fato de que a população só se preocupa com água quando há escassez, contaminação e aumento da frequência das secas. “Cerca de 50% das cidades catarinenses têm um córrego que transborda, com as chuvas, devido a poluição”.

Procuradora cobra inclusão de sugestões

“Fizemos inúmeras reuniões para debater a lei sobre o Gerenciamento Costeiro, mas o que foi aprovado nesta Casa foi um substitutivo que em nada teve a ver com os debates que a sociedade participou. Espero que neste caso isso não se repita”, afirmou a Procuradora da República em Santa Catarina, Analúcia Hartmann, depois de salientar a importância do Seminário.

Analúcia enfatizou que o plane-

jamento da utilização e proteção da água precisa ser atendido também por uma lei estadual, já que a situação em Santa Catarina é grave e não apenas no que diz respeito ao Aquífero Guarani. “O saneamento básico aqui é uma vergonha nacional. Fora a falta de controle do Estado sobre o uso de agrotóxicos e a produção de transgênicos que, com certeza, estão poluindo nossas florestas”, avaliou.



Analúcia quer ver resultados dos debates no PL